

## Metamorfoses de uma crença: reflexões sobre a experiência histórica contemporânea

Rodrigo Turin\*

HARTOG, François. *Croire en l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013,

Autor já familiar aos historiadores brasileiros, François Hartog vem se dedicando, há pelo menos duas décadas, a uma reflexão sobre as relações entre experiências do tempo e escrita da história. Emblemas maiores dessa reflexão são as noções por ele desenvolvidas, e hoje já bastante difundidas e debatidas, de “regimes de historicidade” e de “presentismo”. A primeira noção insere-se como um instrumento heurístico de caráter eminentemente comparativo, que permite identificar configurações históricas da temporalidade, ou seja, as diferentes formas de relação entre passado, presente e futuro estabelecidas em diferentes sociedades. A segunda noção, a de presentismo, pode ser entendida como um dos resultados do questionário aberto pela investigação dos diferentes regimes de historicidade, apresentando-se como uma chave de leitura e de reflexão sobre certos fenômenos do presente, o modo como a sociedade contemporânea, acima de tudo europeia e norte-americana, vem reconfigurando sua experiência temporal. Nesse sentido, é necessário frisar que, se a noção de presentismo *resulta* do uso de um instrumento heurístico e, portanto, pode ser compartilhada, estendida a novos casos e criticada, ela não deixa de ser também o sinal de uma inquietação que *origina e justifica* o próprio projeto historiográfico que Hartog vem desenvolvendo em seus últimos livros. O que gostaria de ressaltar com essa obser-

vação é o fato de Hartog se colocar como observador atento do seu presente, ao mesmo tempo que busca elaborar as ferramentas analíticas capazes de controlar e potencializar a curiosidade desse olhar. Esse modo de operar já revela muito acerca de sua compreensão e de sua tomada de posição a respeito da prática historiográfica, evitando tanto a sedução dos discursos proféticos a respeito do surgimento de novas formas de consciência histórica, como a reificação inocente de sua tradição.

*Croire en l'histoire* representa uma continuidade e um aprofundamento das reflexões que vem elaborando desde *Régimes d'historicité* (publicado no Brasil em 2013, pela Autêntica, com o título *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*). Se há uma continuidade da reflexão, com a preocupação de trazer novos exemplos a seu argumento, é possível perceber também em seu último livro um enfoque particular, que já se anunciava, como afirma o próprio autor, em *Évidence de l'histoire* (publicado no Brasil em 2011, pela Autêntica, com o título *Evidência da história. O que os historiadores veem*). Este enfoque está direcionado à interrogação acerca dos modos como a história faz autoridade. Não por acaso, as noções de “evidência” e de “crença” figuram em seus últimos títulos. Se, em *Évidence de l'histoire*, a proposta era seguir, entre antigos e modernos, as modalidades por meio das quais se configurou a evidência da história — tanto no que diz respeito aos mecanismos de evidenciação na representação do passado por parte dos historiadores, quanto à

\* Doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: turin\_br@yahoo.com.br.

inserção desses mecanismos em regimes de historicidade distintos —, o objetivo de seu novo livro é somar à questão da evidência a problemática maior da crença.

Outra especificidade da abordagem de *Croire en l'histoire* está no fato de que o trânsito entre antigos e modernos, tão caro aos trabalhos anteriores de Hartog, dá lugar agora a uma investigação (quase) exclusivamente sobre os modernos. Sua análise concentra-se nas formas e nos temas que configuraram as crenças e as descrenças na história (tanto a história disciplinar, quanto a história processo e suas modulações) desde a Revolução Francesa. Em seu interlúdio, que divide os quatro capítulos que compõem o livro, explicita-se esse recorte através da leitura de três imagens representativas de três momentos-chave dessa relação dos “modernos” e sua fé na história.

A primeira imagem, a pintura acadêmica *Allégorie à la gloire de Napoléon I*, que Veron Bellecourt apresenta ao Salão de 1806, situa-se, pela leitura de Hartog, na fronteira entre as referências clássicas de representação do herói e o surgimento de uma nova experiência do tempo. Se, por um lado, a composição alegórica remete à exemplaridade plutarquiana do grande homem, ela não deixa de indicar também sua inserção em uma nova ordem narrativa, na qual Napoleão, apontado por Clio aos diferentes povos conquistados, encarna o processo de “sincronização do mundo”. É a pluralidade de histórias sendo incorporada pela História. A segunda imagem é o famoso quadro de Klee, *Angelus novus*, que se tornou praticamente indissociável da leitura realizada por Benjamin em suas não menos famosas *Teses sobre a história*. Aqui, é a evidência dessa História com h maiúsculo (como dizia Perceval) que é posta em questão, sinalizando agora uma “estranha familiaridade” que passa a caracterizar uma consciência histórica cada vez mais cética. Por fim, em um último salto, nos deparamos com a escultura de Anselm Kiefer, *Papoula e memória (Mohn und Gedächtnis)*, de 1989. Kiefer, talvez o artista que mais profundamente tenha refletido sobre a experiência histórica na segunda metade do século XX, elabora um novo “anjo da história”, composto com o chumbo reti-

rado do teto da catedral de Colônia, bombardeada durante a Segunda Guerra. De uma materialidade inóspita, como todas as suas obras, o anjo de Kiefer é um avião de guerra, que carrega em suas asas livros (arquivos?) de onde saem os ramos de papoulas. Testemunha das ruínas da modernidade, esse anjo silencioso e pesado não levanta mais voo. Na sua densa imobilidade, o espectador é “confrontado com um passado que não passa ou a um presente sem data”, no qual não pode se instaurar senão um conflito entre memória e esquecimento.

É dessa experiência contemporânea figurada na obra de Kiefer que parte a interrogação de Hartog a respeito da crença na história, procurado desvelar suas configurações, seus atores, suas antinomias. O primeiro capítulo do livro, “La montée de doutes”, é dedicado a inventariar os múltiplos usos e inserções das palavras de ordem e dos atores que parecem hoje reger a demanda pelo passado: memória, patrimônio, trauma, a testemunha, a vítima, a mídia, o juiz. Cada vez mais esses termos parecem ocupar os discursos públicos sobre a história, vinculados a uma série de ações engendradas tanto pela sociedade civil, como pelo Estado. Dos muitos exemplos tratados no livro, vale destacar alguns. Primeiro, a noção de patrimônio, esse “recurso para tempos de crise”, cujo inchaço semântico a torna um instrumento capaz de ser aplicado às mais diversas situações. O vigor das políticas patrimoniais, vale notar, pode estar a serviço hoje tanto da especulação imobiliária dos grandes grupos econômicos, como das estratégias de grupos marginalizados para fazer valer seus direitos civis. A noção de “monumento histórico”, com sua narrativa de identidade nacional, deu lugar à fragmentação de identidades expressa pela noção de “patrimônio”: a cada um, sua memória. Daí, talvez, ao mesmo tempo sua onipresença e sua fraqueza.

Em um outro nível, estão as políticas de memória, tal como estabelecidas pelo parlamento francês a respeito do genocídio armeniano e do tráfico de escravos, estabelecendo para esses passados uma normatividade legislativa. O legislador se coloca, aqui, em nome dos direitos universais da humanidade, como guardião e pedagogo da

memória — sem que um e outro deixem de operar, bem entendido, por uma seletividade. O que não deixou de causar reações distintas por parte dos historiadores, a exemplo das associações “Liberté pour l’histoire” e do “Comité de vigilance face aux usages publics de l’histoire”. Desse confronto entre diferentes lugares e disposições diante do passado, Hartog ressalta o confronto maior, gerado muitas vezes pela (con) fusão, entre as dimensões da autenticidade e da verdade; entre a fidelidade do reconhecimento demandado pela memória e a veracidade buscada pela investigação historiográfica. Somam-se a esses exemplos os efeitos da economia midiática, em que a história é feita, testemunhada e interpretada “em tempo real”; a judicialização do passado, no qual o historiador é chamado a prestar depoimento como “especialista”, transformado em uma espécie de testemunha vicária; ou, ainda, a sedimentação da figura da “vítima” como a testemunha por excelência na contemporaneidade, cuja palavra deixa pouco espaço à intervenção do historiador como sujeito de conhecimento.

Como afirma Hartog, se o historiador não pode simplesmente ignorar a difusão e os efeitos desse novo cenário que configura uma experiência “presentista”, vê-se obrigado a tomar posição diante dele, definindo seu modo de atuação “enquanto historiador”. E o que parece definir o posicionamento de Hartog em face desse cenário talvez possa ser caracterizado como uma certa prudência analítica. Com isso, quero dizer que ele tanto reconhece a impossibilidade ou a ineficácia de uma recusa ingênua dessas novas formas de demanda pelo passado, como também evita o gesto apresado de enclausurar essas experiências em alguma nova forma de consciência histórica que substituiria, como por necessidade, a anterior — o que se expressa, por exemplo, no título de seu novo prefácio a *Régimes d’historicité*: “Présentisme plein ou par défaut?”. Colocar-se como “observador do tempo” implica, nesse sentido, menos arriscar previsões ou instituir novas normatividades do que construir um questionário minimamente coeso, mas aberto, capaz de alimentar a reflexão sobre esses fenômenos, tornando-os inteligíveis.

O processo que vem reconfigurando as modalidades e os usos do passado na sociedade contemporânea não deixa de encontrar sua expressão também no campo historiográfico, como Hartog analisa em seu segundo capítulo, intitulado “Une inquiétante étrangeté”. A própria demanda de memória, tal como constituída e analisada no primeiro capítulo, coloca desafios aos historiadores em sua capacidade de interrogá-la e de problematizá-la. Uma das possibilidades é que essa onda memorial venha vampirizar a produção historiográfica, mesmo quando esta ambiciona submetê-la como objeto de pesquisa. Nesse sentido, é revelador o fato de ter ocorrido na sociedade francesa uma verdadeira “captura patrimonial” dos *Lieux de mémoire*.

Junta-se a isso os efeitos que a “virada linguística” provocou, desde a década de 1970, na crença da capacidade cognitiva da disciplina histórica. Seja pela perda de sentido das metanarrativas que ordenavam e legitimavam o discurso histórico desde o século XIX, ou pela problematização dos procedimentos retóricos que constituem o texto historiográfico e sua (in)capacidade de representar o “real”, o certo é que a disciplina histórica está hoje longe de assentar-se em bases sólidas e evidentes, mesmo (ou acima de tudo) para seus praticantes. Nos esforços de justificar a crença na história em sua capacidade de representar o passado, retomam-se, inclusive, velhas categorias em novas leituras. É o caso das interpretações que tanto Ricoeur como Ginzburg fazem de Aristóteles. No caso de Ricoeur, resultou na extensão da *poesis* e da *mimesis* aristotélicas ao discurso histórico, buscando uma resolução da aporia da temporalidade humana; e o que acabou gerando, por sua vez, a necessidade de justificar, por meio do conceito de *representance*, algo que para Aristóteles não era problemático: a vinculação do discurso histórico à dimensão extralinguística. Em Ginzburg, a volta a Aristóteles expressou-se no estabelecimento do entimema como a ligação por excelência entre retórica e história, rebatendo, assim, aqueles que apontavam a natureza retórica do discurso historiográfico como sinônimo de seu distanciamento das noções de verdade e de prova.

Ambas as interpretações, como demonstra com acuidade Hartog, encontram pouca sustentação nos próprios textos do estagirita, ocupando seus silêncios com as expectativas contemporâneas. O que não significa, no entanto, que não tenham aberto com elas novos horizontes de investigação.

De todo modo, se algo fica evidente nesses debates e no seu arrefecimento atual, sem que dele tenha resultado algum novo tipo de resolução, é a indefinição epistemológica que hoje cerca a disciplina histórica e suas fronteiras disciplinares, assim como seu lugar social. Algo que Hartog não tematiza em seu livro, mas que também poderia ser esclarecedor para o problema da crença na história, é a investigação acerca da real dimensão de sua produção e de sua difusão por parte dos historiadores. O que implicaria, acima de tudo, interrogar os lugares institucionais nas quais se insere, suas atuais lógicas de reprodução, sua capacidade de absorção de novos quadros, suas condições de trabalho, a circulação de seus produtos etc. Uma investigação sobre as relações entre esses aspectos institucionais, em suas distintas configurações nacionais, e aqueles debates epistemológicos poderia esclarecer em que medida e de que forma estão vinculados, quais seus reais efeitos na produção historiográfica e como esta vem respondendo, efetivamente, as novas demandas pelo passado presentes na sociedade. Em um mercado historiográfico como o brasileiro, cujo crescimento nos últimos anos é significativo, tal interrogação poderia fazer avançar a compreensão tanto dos mecanismos de sustentação da crença na história, como as condições de possibilidade de sua problematização. Nesse sentido, a incrível persistência da organização cronológica que ainda rege nossas grades curriculares talvez possa ser entendida como um indício importante, entre outros, da força de reprodução de sua crença.

Aliás, este me parece ser um dos fatores que estão por trás da ótima chave de leitura que Hartog propõe em seu terceiro capítulo sobre “Les temps du romance”, e que se estende, em negativo, ao capítulo final, “Du côté des historiens”. Segundo Hartog, é na literatura, e não na disciplina histórica, que é possível perceber uma maior problema-

tização do regime moderno de historicidade, de suas fissuras, de suas brechas. De Balzac à Sebald e Cormac McCarthy, passando por Tolstói, Musil, Sartre, entre outros, Hartog vai recuperando a heterogeneidade de temporalidades tecidas pela ficção; o modo como em suas tramas narrativas são elaboradas dimensões da historicidade normalmente negligenciadas pelo discurso histórico dominante. A tematização da “discordância dos tempos” que marca as discontinuidades em *A Comédia humana*; a ambição de uma visão total, mas não sinóptica, em *Guerra e paz*; a fragmentação da experiência e os limites das formas clássicas de narrativa, em *O homem sem qualidades*; ou a “historicidade bloqueada” que se desenha na busca da memória em *Austerlitz* — mediante a leitura dessas obras, Hartog tece uma espécie de história a contrapelo do regime moderno de historicidade, fraturando a maior linearidade que se deixa ver a partir da leitura das obras dos historiadores. Essa disparidade entre os discursos historiográfico e ficcional, como disse, talvez também possa ser explicada, para além da natureza distinta de suas configurações textuais, pelos efeitos que a institucionalização da disciplina histórica gera tanto nas disposições de seus ocupantes, os historiadores, como em suas formas de representação. A maior liberdade dos escritores, fruto muitas vezes também de uma maior precariedade de sua condição social, acaba promovendo essa disparidade de tempos e de percepções entre a literatura e a historiografia.

A realização desse exercício de leitura se mostra importante na economia do livro por lembrar, ainda, que “regime de historicidade” não é uma entidade metafísica e homogênea, como algumas de suas apropriações às vezes sugerem. Nessa chave, não seria despropositado perguntar em que medida também não seria possível encontrar essas fraturas do regime moderno de historicidade na própria historiografia (e nas ciências humanas como um todo), recuperando experiências e autores que acabaram se tornando menos “representativos” na tradição disciplinar. Talvez a expansão (sugerida por Hartog em outros textos) da reflexão para as demais disciplinas das ciências humanas,

como a sociologia e a antropologia, e suas diferentes tradições, pudesse mostra-se um procedimento heurístico enriquecedor, evitando a perspectiva às vezes demasiadamente autocentrada da historiografia. O que não deixa de estar vinculado, por sua vez, à indagação atual sobre as potencialidades que a historiografia, como lugar de reflexão, pode vir a desenvolver nesse novo cenário, ainda aberto, que se desenha.

Talvez uma resposta se encontre sugerida nas páginas finais de seu capítulo dedicado aos historiadores, quando analisa algumas perspectivas atuais da produção historiográfica, representadas pelos esforços interpretativos de autores como Jack Goody, Edward Wang, Georg Iggers, Daniel Woolf e Michael Werner. Cientistas sociais que não reconhecem na perda da crença no sentido da História com h maiúsculo a perda de sentido no fazer historiográfico; ou, antes, em sua capacidade de fazer sentido. Obviamente, como ressalta Hartog, não basta mudar o sentido da

palavra “história” para que ela ainda possa encontrar lugar em nosso vocabulário. Os efeitos teóricos e práticos desses debates e dessas novas experiências não podem ser previstos, muito menos instituídos. A crença que fica sugerida pelas páginas de seu livro, e que se expressa no que chamei de uma “prudência analítica”, é sintetizada por Hartog em sua conclusão: “Se há uma vida para a história após o conceito moderno de história, ela passa tanto pela capacidade de nossas sociedades articular novamente as categorias do passado, do presente e do futuro, sem que venha a se estabelecer o monopólio ou a tirania de alguma delas, como pela vontade de compreender nosso presente” (p. 299). Afinal, se cabe ao historiador atuar nesse processo, ele o faz pela busca de compreensão, elaborando e testando as categoriais que possam dar inteligibilidade aos fenômenos vivenciados e problematizá-los. Já a palavra final, como dizia Ricoeur, não cabe ao historiador, mas ao cidadão.